



Número: **0815037-20.2017.8.20.5106**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Terceira Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Vivaldo Pinheiro na Câmara Cível**

Última distribuição : **05/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0815037-20.2017.8.20.5106**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAMON DIEGO REBOUCAS (APELANTE)		LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELADO)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7043647	11/08/2020 16:19	Intimação	Intimação



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

Processo: **APELAÇÃO CÍVEL - 0815037-20.2017.8.20.5106**
Polo ativo **RAMON DIEGO REBOUCAS**
Advogado(s): **LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA**
Polo passivo **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**
Advogado(s): **LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Gab. Des. Vivaldo Pinheiro

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0815037-20.2017.8.20.5106

ORIGEM: JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN

APELANTE: RAMON DIEGO REBOUÇAS

ADVOGADO: LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA

APELADO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: JOÃO BARBOSA

RELATOR: DESEMBARGADOR VIVALDO PINHEIRO.

**EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES
CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO**

OBRIGATÓRIO DPVAT. SENTENÇA DE PROVIMENTO PARCIAL. ALEGAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, COM PLEITO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. SENTENÇA MANTIDA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores que integram a 3ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Ramon Diego Rebouças contra sentença prolatada pelo Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, julgou procedente em parte o pedido formulado na inicial, condenando a demandada ao pagamento de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), com correção monetária, pelo INPC-IBGE, a partir do evento danoso, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação.

Em seguida, reconhecendo a sucumbência recíproca, condenou as partes litigantes ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, rateados na proporção de 20% (vinte por cento) pelo autor e de 80% (oitenta por cento) ao encargo da parte ré, ficando suspensa a execução destes para o autor nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Nas razões recursais, o apelante aduziu a necessidade de reformar a sentença para afastar a sucumbência recíproca, devendo a Seguradora apelada ser condenada a pagar, de forma exclusiva, os ônus sucumbenciais, havendo a majoração do percentual arbitrado a título de honorários advocatícios.

Ao final, requereu o conhecimento e provimento do recurso nos termos de suas argumentações.

Contrarrazões da parte apelada (ID 5439487) pelo não provimento do recurso.

Sem opinamento ministerial em virtude da matéria prescindir de interesse público a ensejar intervenção.

É o relatório.

VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

O apelante irressigna-se quanto ao reconhecimento pelo Juízo *a quo* de sucumbência recíproca, alegando que a mesma não se configura e deve a Seguradora apelada ser condenada de forma exclusiva ao pagamento dos ônus sucumbenciais arbitrados, com a majoração do percentual dos honorários de sucumbência.

Sobre o tema, destaco as disposições legais consignadas no CPC:

“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...]

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

[...]

§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.

[...].”

No ponto, destaco não ser o caso de imputação do ônus de sucumbência integral à Seguradora demandada, consoante requerido pelo ora recorrente, haja vista o resultado do julgamento e pelo fato de o pedido formulado na inicial ter sido julgado parcialmente procedente, resultando, assim, no decaimento recíproco das partes, deve ser mantida a distribuição da verba de sucumbência estabelecida em sentença, em observância ao que disciplina o artigo 86 do CPC.

Assim sendo, entendo que manter a sentença é medida que se impõe.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso, majorando os honorários sucumbenciais para R\$ 1.000,00 (hum mil reais) nos termos do art. 85, §11, do CPC.

É como voto.

Natal, data da assinatura eletrônica.

DESEMBARGADOR VIVALDO PINHEIRO

RELATOR